

Resumo: O diálogo entre regime de informação, Agenda 2030 e questões étnico-raciais em instituições arquivísticas no campo da Ciência da Informação torna-se necessário para que seja possível acompanhar as pautas sociais. O objetivo do artigo consiste em analisar, na produção científica da Ciência da Informação, a articulação entre regime de informação em instituições arquivísticas e os objetivos da Agenda 2030, no que concerne às questões étnico-raciais. A pesquisa classifica-se como descritiva, bibliográfica e qualitativa, com dados coletados na Base de Dados em Ciência da Informação. Os resultados evidenciam presença de articulação entre regime de informação e instituições arquivísticas, contudo, ausência na convergência destas instituições com questões étnico-raciais e Agenda 2030. Concluimos a necessidade de ampliar os estudos na área, reforçando a importância do regime de informação das instituições arquivísticas, comprometido com a equidade étnico-racial e com a promoção da justiça racial, alinhadas aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Agenda 2030; Informação étnico-racial; Instituição Arquivística; Regime de Informação.

Abstract: The dialog between information regime, Agenda 2030, and ethnic-racial issues in archival institutions in the field of Information Science becomes necessary to keep up with social agendas. The objective of the article is to analyse, in the scientific production of Information Science, the articulation between the information regime in archival institutions and the goals of the 2030 Agenda, concerning ethnic-racial issues. The research is classified as descriptive, bibliographic, and qualitative, with data collected from the Information Science Database. The results show the presence of articulation between the information regime and archival institutions; however, there is an absence of convergence between these institutions and ethnic-racial issues and the 2030 Agenda. We conclude the need to expand studies in the area, reinforcing the importance of the information regime of archival institutions, committed to ethnic-racial equity and the promotion of racial justice, aligned with the sustainable development goals.

Keywords: 2030 Agenda; Ethnic-Racial Information; Archival Institution; Information Regime.

Introdução

O termo regime de informação refere-se à estrutura, sistema ou conjunto de regras, princípios e procedimentos que regulam a coleta, armazenamento, processamento, disseminação e uso da informação em determinado contexto. Seja ele uma organização, uma instituição, um país ou até mesmo um setor específico da sociedade. Nesse cenário, um ecossistema que envolve atores sociais, artefatos e dispositivos.

O entendimento conceitual de regime de informação sustenta-se na perspectiva de González de Gómez (2002; 2019), e, para questões étnico-raciais, de autores como Oliveira e Aquino (2012), Santos e Aquino (2016) e Sá e Francelin (2021). Justifica-se a inclusão da

temática do presente artigo na pauta de discussão das pesquisas na Ciência da Informação (CI) pela pertinência das questões étnico-raciais ao uso, acesso e difusão da informação, perpassando pela temática memória, políticas informacionais e redes de informações, atreladas aos regimes de informação. Observa-se que estudos voltados para questões de democratização e direitos civis e humanos demandam nova abordagem para a disseminação das informações étnico-raciais.

O presente trabalho dialoga com os estudos sobre regime de informação, Agenda 2030 e questões étnico-raciais em instituições arquivísticas. Tendo como pergunta de partida: como as pesquisas da Ciência da Informação se articulam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente em diálogo com regime de informação e questões étnico-raciais presentes em instituições arquivísticas? Respondendo a esta questão, elaboramos o objetivo de analisar a produção científica da Ciência da Informação quanto ao regime de informação em instituições arquivísticas para o alcance dos objetivos da Agenda 2030, no que concerne às questões étnico-raciais.

O artigo é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, que faz análise do levantamento bibliográfico de artigos que dialogam sobre regime de informação, Agenda 2030 e informações étnico-raciais em instituições arquivísticas. Para tanto, elegeu-se realizar revisão na literatura da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A escolha da BRAPCI para essa pesquisa se deu pelas suas características e singularidades. A BRAPCI compreende citações sobre literatura no campo da Ciência da Informação indexadas desde a década de 1970 até os dias atuais, e é considerada uma das maiores bases de dados.

Este levantamento visa analisar especificamente a prática de informações étnico-raciais e os regimes de informação; evidenciar os pontos relevantes abordados nos artigos das ações e/ou considerações que autores descrevem como primordiais; elencar as relações dos regimes de informação e as práticas de informações étnico-raciais aos objetivos da Agenda 2030.

Buscamos nosso levantamento a partir do entendimento conceitual de regime de informação de González de Gómez e, para questões étnico-raciais, os autores Oliveira e Aquino; Santos e Aquino; Sá e Francelin. Consequentemente, adentraremos o foco da pesquisa, a Agenda 2030, especificamente três objetivos: 10 Combate às Desigualdades; 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e 18 Igualdade Étnico-Racial.

Compreendemos que a “inovação tecnológica e os consequentes processos de globalização foram, particularmente, fatores importantes para estimular a transformação do regime global de informação” (BRAMAN, 2004:20; *tradução nossa*), mas o enfoque desta pesquisa buscou a relação conceitual de regime de informação descrita nos artigos com os ODS da Agenda 2030 nas instituições arquivísticas. Percebemos que as tecnologias digitais demandariam múltiplas fronteiras para o entendimento do trabalho aqui proposto, merecendo um estudo à parte.

Justifica-se a inclusão da temática da pesquisa na Ciência da Informação por sua pertinência ao uso, acesso e difusão da informação, perpassando a memória, políticas informacionais e redes de informações, atreladas aos regimes de informação. Estudos voltados para questões de democratização e direitos civis e humanos são necessários ao debate de uma nova abordagem à menção e disseminação das informações étnico-raciais.

Por fim, as considerações finais, com os principais pontos evidenciados na pesquisa, colaboram para outras discussões e uma sociedade mais humana, cidadã, justa e igualitária.

Regime de informação, informação étnico-racial e Agenda 2030

Nesse sentido, González de Gómez (2002:34) esclarece que regimes de informação:

[...] designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Na perspectiva de González de Gómez (2002), os regimes de informação comportam tanto políticas informacionais que regulamentam a disposição das informações, quanto recursos físicos, o sujeito em si, e recursos normativos na organização e estrutura informacional, independentemente do ecossistema informacional.

Assim, podemos aferir que os sistemas de informações arquivísticos se retroalimentam de políticas informacionais, isto é, “uma política de arquivo está contida numa política de informação, pois é parte integrante dos sistemas regionais ou nacionais que regulam esse campo” (SILVA e VENÂNCIO, 2018:8).

Desde 2003, o governo federal sancionou a Lei nº 10.639/2003¹ e, posteriormente, em 2008, a Lei nº 11.645/2008,² que altera a Lei nº 9.394/1996³, de 20 de dezembro de 1996, e que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL, 2008). Ao citar “História e Cultura Afro-Brasileira” como temática, a ser dialogada no ecossistema educacional, compreende-se que, entre outros aspectos, as informações étnico-raciais estão diretamente entrelaçadas.

Neste trabalho, compreendemos informações étnico-raciais de acordo com Oliveira e Aquino (2012:22):

Operacionalmente, o conceito de informação etnicorracial [sic] incorpora dois aspectos: um objetivo e um subjetivo. O primeiro diz respeito aos conteúdos disponibilizados nos diversos suportes informacionais. O segundo refere-se ao potencial de produção de conhecimento acerca dos fundamentos sociais, históricos, políticos e culturais de um grupo étnico.

As características e aspectos relacionados à diversidade étnico-racial da população, grupo ou sociedade. Essas informações são fundamentais para compreender e analisar as

¹ A lei que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica (fundamental e médio), pública e privada.

² A lei que inseriu o estudo da história e cultura indígena e povos originários no currículo oficial.

³ A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece as normas, princípios e fins da educação brasileira.

dinâmicas sociais, a distribuição de recursos, as desigualdades e a representatividade dos diferentes grupos étnico-raciais e, assim, fomentar a equidade social.

A representatividade de diferentes grupos étnico-raciais em cargos políticos, em instituições governamentais, empresas e organizações, nas manifestações culturais, refletindo a liderança, são informações necessárias para identificar e compreender as desigualdades étnico-raciais existentes em uma sociedade e fomentar políticas públicas direcionadas à promoção da igualdade, à inclusão e ao combate à discriminação e ao racismo. Santos e Aquino (2016:48), discorrem que:

[...] não se restringe a temática étnico-racial, mas é cabível de aplicação para as questões relacionadas ao gênero, identidade, classe social e adjacentes. Mediante o conceito de informação étnico-racial acrescido da concepção das fontes de informação alcançamos o ápice na discussão das fontes de informação voltadas a temática étnico-racial. Sendo as fontes de informação o lugar de procedência de seleção, extração e acesso de informação.

No que tange à representatividade de grupos étnico-raciais nas manifestações culturais, o acesso às informações étnico-raciais advindas dos registros culturais torna-se evidente. Dialogar acerca das manifestações culturais desses grupos é essencial para desconstruir barreiras que impedem o reconhecimento e a valorização. O conhecimento gerado a partir deste diálogo oferece uma visão mais profunda e autêntica das contribuições culturais, permitindo que as pessoas compreendam e apreciem a diversidade e a riqueza da cultura negra.

Sá e Francelin (2021:10), em artigo intitulado *Afrocentricidade, memória e informação* elucidam que “a afrocêntrica coloca a população negra no centro das discussões sobre o processo histórico de produção de conhecimentos e saberes, valorizando sua memória, cultura e ancestralidade para além do processo de escravização”. Logo, preservar a memória da cultura afrocêntrica se faz inescusável para reconhecer não apenas a influência significativa que essa cultura teve na formação da sociedade brasileira, mas também para promover a valorização, respeito e inclusão das narrativas e contribuições das comunidades de diferentes etnias, colaborando para uma sociedade igualitária.

Uma sociedade igualitária é uma das propostas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pois, “esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade” (ORGANIZAÇÃO..., 2015). Realizada em setembro de 2015 com países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), a referida agenda propôs inicialmente 17 objetivos e 169 metas com diretrizes para concretizar Direitos Humanos, englobando 3 alicerces para desenvolvimento sustentável: economia, meio ambiente e o social, a serem alcançados.

Em 2023, o Brasil propôs acréscimo do ODS 18 Igualdade Étnico-Racial⁴, a proposta foi apresentada em evento paralelo ao G20 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2023

⁴ ODS 18 Igualdade Étnico-Racial a proposta é uma iniciativa voluntária e pioneira do Brasil que adiciona um 18º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável à Agenda 2030 da ONU. Seu foco central é a Igualdade Étnico-Racial, visando erradicar o racismo estrutural, promover equidade e garantir direitos para populações negras, indígenas e comunidades tradicionais.

na ONU. Tatiana Dias – Câmara dos Deputados (2024) afirma sobre a criação do ODS 18 Igualdade Étnico-racial:

O Brasil é um país de maioria negra e com um número significativo de povos indígenas, mas isso não vinha sendo representado de uma forma condizente no âmbito da Agenda 2030. Foi a partir dessa constatação que veio a decisão presidencial de adotar voluntariamente o ODS 18. Dez metas estão propostas envolvendo as áreas de segurança pública, acesso à Justiça, educação, saúde, representatividade de povos migrantes e patrimônio material e imaterial.

Ao analisarmos a CI, campo científico inserido na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, constata-se que a CI e os 18 objetivos elencados na Agenda 2030 podem ser objeto de investigação neste campo científico; contudo, para esta pesquisa, optou-se por trabalhar três objetivos: 10 Combate às Desigualdades; 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes; e 18 Igualdade Étnico-racial. Sobre a Agenda 2030, Costa e Alvim (2021:618) afirmam que:

Mais do que uma Agenda ideológica, a Agenda 2030 é um compromisso de um ideal comum para a melhoria da condição humana em todos os (sic) aspectos, visando acima de tudo a justiça e igualdade social. E aqui as bibliotecas e centros de documentação assumem-se como parceiros fundamentais no e para o desenvolvimento sustentável e implementação da Agenda 2030.

A implementação da Agenda 2030 remete a um redirecionamento para a CI frente a um posicionamento na análise de seus afazeres técnicos e reformulação das políticas de informação para as bibliotecas, os centros de memória, centros de documentação e as instituições de arquivos.

Procedimentos metodológicos

O diálogo com regime de informação, Agenda 2030 e questões étnico-raciais em instituições arquivísticas na Ciência da Informação justifica-se por sua pertinência com o campo científico, pois acesso, uso e disseminação da informação perpassam a discussão sobre os regimes de informação. O objetivo é analisar na produção científica da CI como vem sendo representada a articulação entre regime de informação em instituições arquivísticas e os objetivos da Agenda 2030, no que concerne às questões étnico-raciais. A pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como descritiva, que, conforme Gil (2002:42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...]”. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa enquadra-se como pesquisa bibliográfica, “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas” (GIL, 2002:44).

A pesquisa adota abordagem qualitativa, utiliza observação estruturada com suporte de tabelas para o levantamento de dados. Para o tratamento e interpretação do material coletado, aplicou-se a técnica de análise temática, percorrendo rigorosamente as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos.

Elegeram-se para realizar a coleta de dados a Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI), pelas características e singularidades da base e por ser uma fonte de informação relevante no campo da Ciência da Informação. A BRAPCI indexa produções científicas desde a década de 1970 até os dias atuais, e é considerada uma das maiores bases de dados nacionais no referido campo científico.

Na etapa de recuperação das produções científicas a serem analisadas, buscou-se visualizar artigos selecionados cujo embasamento teórico recorria a autores como González de Gómez (2002, 2019) para conceito de regime de informação, Oliveira e Aquino (2012), Santos e Aquino (2016) para informações étnico-raciais, e Sá e Francelin (2021) com conceito de afrocentricidade e possíveis relações postas em prática em instituições arquivísticas, para alcançar os objetivos da Agenda 2030.

No que se refere aos objetivos da Agenda 2030, elegemos três ODS, especificamente ODS 10, ODS 16 e ODS 18, e suas respectivas metas:

- ODS 10: Combate às desigualdades: 10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra; 10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas;
- ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes : 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; 16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis; 16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento; 16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais; 16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime; 16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável;
- ODS 18: Igualdade Étnico Racial⁵.

Como estratégia de buscas, atendendo à pergunta desta pesquisa: como as pesquisas da Ciência da Informação se articulam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente em diálogo com regime de informação e questões étnico-raciais presentes em instituições arquivísticas? Decidiu-se empregar termos para análise temática como: “regimes de informação”, “informação étnico-racial”, “Agenda 2030” e “informação étnico-racial - instituições arquivísticas”. A coleta dos dados ocorreu no dia 5

⁵ Todas as metas do ODS 18.

de maio de 2025, quando foram recuperados 185 artigos distribuídos conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos recuperados

Temática	Quantidade e % de artigos recuperados
Regimes de informação	19 (12,0%)
Informação étnico-racial	33 (18,0%)
Agenda 2030	129 (70,0%)
Informação étnico-racial e instituições arquivísticas	0 (0,0%)
Total	185 (100,0%)

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Após primeira análise dos artigos recuperados, quando se realizou a leitura das características principais dos artigos (título e palavras-chave), 87 artigos foram pré-selecionados para segunda análise e 98 foram excluídos. Os artigos selecionados para segunda análise, que ocorreu com a leitura dos resumos e objetivos gerais dos estudos, 14 artigos foram excluídos e 73 artigos foram definidos para análise, os quais compuseram o corpus da pesquisa.

Nessa etapa, os artigos selecionados ou descartados, passaram por um refinamento de entendimento conforme nosso referencial teórico, entrelaçados e dialogando no quarteto de regimes de informação/instituições arquivísticas/informação étnico-racial/Agenda 2030. A princípio, o recorte de data lógico seria a partir de 2015, ano da promulgação da Agenda 2030; no entanto, foi necessário ampliar o escopo de pesquisa devido a não termos encontrado na base de dados informações quantitativas que respondessem ao estudo. Principalmente na temática de regimes de informação ampliamos o ano base para 2000.

Para os critérios de exclusão, elaborou-se eliminação: dos documentos repetidos e dos que não fizessem inferências com diálogo ao tema proposto dentro dos quatro eixos temáticos. E nos artigos inclusos adentraram os que correspondiam intrinsecamente ou extrinsecamente às metas dos ODS 10, 16 e 18.

Quadro 2 – Artigos selecionados para análise

Temática	Quantidade e % de artigos recuperados
Regimes de informação	9 (12,0%)
Informação étnico-racial	14 (19,0%)
Agenda 2030	50 (69,0%)
Informação étnico-racial e instituições arquivísticas	0 (0,0%)
Total	73 (100,0%)

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Na análise de dados, totalizaram 73 artigos, assim distribuídos: regimes de informação (9), informação étnico-racial (14), Agenda 2030 (50). Na terceira fase da coleta dos dados, os metadados dos artigos selecionados foram inseridos em uma planilha Excel, para que pudessem responder ao objetivo da pesquisa. Conforme as informações sintetizadas no Quadro 2.

Resultados e discussões

Nesta seção apresentamos a compilação da análise temática e interpretação dos 73 artigos selecionados na observação do levantamento bibliográfico. Busca-se sintetizar as informações, evidenciando os artigos de maior relevância em cada eixo. Para tanto, a seção foi estruturada em quatro eixos, assim distribuídos: eixo 1 – regimes de informação; eixo 2 – informação étnico-racial; eixo 3 – Agenda 2030; e eixo 4 – informação étnico-racial e instituições arquivísticas.

Eixo 1-Regimes de Informação

Neste eixo foram selecionados 9 artigos e, durante a análise, identificou-se uma leve prevalência da importância do papel estratégico da Ciência da Informação na formulação de políticas de informação e de memória. Os artigos abordam o conceito de regimes de informação, definidos como os modos predominantes de produção e disseminação de informações em um determinado contexto social e econômico. Este resultado é um reflexo das características dos artigos pesquisados sobre a temática ‘regimes de informação’, os quais abordam questões culturais e sua relação com estrutura, políticas e práticas de preservação, difusão e acesso às informações culturais, como patrimônio histórico, artístico e linguístico.

O resultado evidencia que os regimes de informação são considerados fluxos estruturais de predominância de aparato estatal que as “micropolíticas inscritas nos dispositivos de informação e as macropolíticas que – direta ou indiretamente – exprimiam conflitos e interesses em figuras hegemônicas organizadas pelo Estado” (González de Gómez, 2002:34).

Embora o resultado tenha revelado que o artigo *Construção de regimes de informação para acesso à memória: a Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA – UNESCO/ICA, 2010⁶) e a Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011)* de Zammataro e Albuquerque (2021) aborda o papel social dos arquivos, constatou-se que na produção científica há ausência de referência às instituições arquivísticas e de informações étnico-raciais. Quanto à educação relacionada à informação étnico-racial, recuperou-se apenas um artigo intitulado *A Lei nº 10.639/2003: educação antirracista e regime de informação*, de Oliveira (2022). Neste artigo, a autora discorre sobre o contexto histórico da referida lei, como política pública informacional, e não a lei como dispositivo do regime de informação propriamente dito.

⁶ A Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA), adotada pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA) em setembro de 2010 e endossada pela UNESCO em 2011, é um documento fundamental que define os arquivos como essenciais para a administração, a democracia, os direitos humanos e a memória coletiva. Ela defende a preservação, o acesso e a gestão adequada dos documentos.

Nas suas considerações finais, a autora enfatiza: “entretanto, a aprovação da lei não é garantia do ensino do conteúdo” (OLIVEIRA, 2022:13).

Eixo 2 – Informações étnico-raciais

Sobre o eixo ‘informações étnico-raciais’, analisaram-se 14 artigos que colaboram com a perspectiva da presente pesquisa. Embora nestes artigos não mencionassem o termo regime de informação, foi perceptível no escopo tal abordagem. Colaborando com González de Gómez (2019) sobre as lacunas dos regimes de informação e vácuos regulatórios, observa-se que, como resultado, surgem normas e padrões tácitos e indiretos, frequentemente exercidos por meio do *design* e controle privatizado dos meios sociais de comunicação e informação.

No que se refere às informações étnico-raciais em arquivos ou instituições arquivísticas, foram identificados três artigos que abordavam o tema indiretamente: *A Informação étnico-racial em fontes iconográficas do arquivo histórico da Paraíba*, de Aquino e Santos (2012); *Informação étnico-racial: a contribuição de arquivos, bibliotecas e museus na luta antirracista*, de Lima (2022); e *Memória da população negra e informação étnico-racial: percebendo limites*, de Lima et al. (2014).

Estes textos discorrem sobre a função sociocultural dos arquivos, e todos propõem conhecer e sugerir ações que insiram essas instituições e seus profissionais na mediação da informação étnico-racial dentro de suas comunidades, visando o (re)conhecimento da História Africana e Afro-Brasileira e engajando as comunidades na contribuição para a agenda antirracista e a transformação social. Ao apresentar esta abordagem, os autores dos artigos corroboram com o que Oliveira e Aquino (2012) afirmam sobre as especificidades da história, memória e cultura sobre as informações étnico-raciais. Questionam e sugerem o conceito de “afrocentricidade” de Sá e Francelin (2021), fortalecendo a memória afro a partir dos dispositivos e registros documentais arquivísticos.

Seguindo o nexo de regime de informação discutido por González de Gómez (2002), o artigo de Lima et al. (2014) é o que mais se aproxima das questões relacionadas a dispositivos e instituições pedagógicas informacionais. O referido artigo não aborda instituições arquivísticas propriamente ditas, mas discorre sobre os cursos de graduação e pós-graduação em arquivologia e demonstra como é tratada a informação étnico-racial no período de 2000-2013, em fontes de informação como bibliotecas digitais, repositórios digitais e periódicos eletrônicos.

Eixo 3 – Agenda 2030

No eixo 3 da Agenda 2030 foram analisados 50 artigos, e a totalidade aborda concomitantemente disseminação e competência em informação, na perspectiva da referida agenda. Os artigos analisados possuem como *locus* de pesquisa bibliotecas e centros de informação, validando as pesquisas de Costa e Alvim (2021), que afirmam a orientação desde 2014 da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) sobre a importância da disseminação e acesso à informação nas bibliotecas e centros de informação. Os artigos excluem os arquivos. Contudo, a ampliação destes ambientes informacionais com a inclusão das instituições arquivísticas faz-se necessária, pois

disponibiliza “serviços em rede que sustentam o desenvolvimento sustentável” (COSTA e ALVIM, 2021:628).

Foram mapeados 14 artigos: dois artigos sobre regimes de informação (política de informação, gestão da informação); três artigos contemplando informações étnico-raciais, em especial abordavam a temática raça, etnia, grupos raciais específicos (negros, indígenas) ou discutiam a redução de desigualdades ou inclusão relacionadas a esses grupos no contexto da Agenda 2030. Destaca-se que os artigos possuem análises em contexto de bibliotecas; 9 artigos sobre arquivos ou instituições arquivísticas, os quais relatavam diretamente o papel dos arquivos ou instituições arquivísticas e o acesso à informação. Quanto à informação étnico-racial em instituições arquivísticas, não foi recuperado nenhum artigo sobre essa temática.

O artigo *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Políticas Arquivísticas: o papel dos arquivos municipais na Agenda 2030*, de Vitoriano (2021), propõe um diálogo com os objetivos 11 e 16 da Agenda 2030, por meio de políticas arquivísticas e informacionais no âmbito dos arquivos municipais para salvaguarda da memória. Vitoriano (2021:360) aborda a disseminação e a competência da informação, legitimando a priorização do acesso por meio de políticas públicas. Contudo, o trabalho não menciona informações étnico-raciais explicitamente, mas foi o único que discorreu sobre acesso à informação em uma interlocução com o ODS 16 da Agenda 2030.

Eixo 4 – Informação étnico-racial e instituições arquivísticas

Quanto ao eixo ‘informação étnico-racial e instituições arquivísticas’, nenhum artigo foi recuperado na BRAPCI, o que torna necessários investimentos de pesquisadores nesta lacuna científica. Apesar dos resultados importantes para a discussão, evidenciou-se vasta literatura sobre bibliotecas e alguns artigos apresentavam pequenas inferências sobre instituições arquivísticas. Em regimes de informação, encontramos mais pesquisas para a área de arquivos, centralizadas no acesso e preservação da memória, pouco sobre a Agenda 2030 em instituições arquivísticas e praticamente nenhuma literatura sobre informações étnico-raciais.

Artigos que discorrem acerca de informações étnico-raciais foram recuperados quatorze resultados, porém, em sua grande maioria, o foco está centralizado em bibliotecas, livros e educação afrodescendente. Sobre o conceito de informação étnico-racial, Oliveira e Aquino recorrem ao termo “grupo étnico” (OLIVEIRA e AQUINO, 2012:22), fazendo-nos refletir em relação a outros grupos étnicos, como os ciganos, judeus, entre outros, porém apenas um artigo mencionava questões indígenas.

Ao observarmos os artigos sobre a Agenda 2030, prevaleceu o ODS 4 Educação de qualidade, o que era esperado pelas evidências dos resultados e grande volume de estudos voltados às bibliotecas. Os demais ODS observáveis foram 16 Paz, justiça e instituições eficazes, seguido de 10 Combate às desigualdades e 11 Cidades e comunidades sustentáveis.

Os ODS – 10 Combate às desigualdades; 16 Paz, justiça e instituições eficazes; e 18 Igualdade Étnico Racial – pré-definidos para este estudo, mesmo com poucas evidências no levantamento bibliográfico, ressaltamos sua relevância para diretrizes em instituições arquivísticas no que concerne às questões étnico-raciais de regime de informação,

considerando as especificidades das metas atreladas aos conceitos teóricos que sustentam esta pesquisa.

Outro fato importante a ser mencionado é sobre o ODS 18 Igualdade Étnico-Racial, o qual foi inserido em setembro de 2023 a nível Brasil. Ressalva pois este ODS, que é exclusivamente brasileiro. Obtivemos zero artigos abordando este ODS; no entanto, em se tratando de informações étnico-raciais, interpretamos ser imprescindível nos processos de produção, acesso e disseminação da informação deste estudo.

Considerações finais

Conforme proposto, este trabalho buscou analisar como a produção científica da Ciência da Informação quanto ao regime de informação em instituições arquivísticas para o alcance dos objetivos da Agenda 2030, no que concerne às questões étnico-raciais. Os resultados evidenciaram que, na BRAPCI, é reduzida a incidência de trabalhos que abordem esta articulação, além de ser demasiadamente subjetiva. Nos artigos recuperados, evidenciamos a convergência destas temáticas em instituições não arquivísticas, a exemplo de bibliotecas.

No eixo 1, ‘regimes de informações’, recuperamos um quantitativo substancial de artigos na área arquivística, mas muitos destes artigos discorriam sobre gestão de documentos e acesso à informação, proporcionando entendimento intrínseco com os ODS 10 e ODS 16 e suas respectivas metas. Em meio ao diálogo entre sociedade e poder público, nota-se falta de transparência na normatização, destacando apenas os ODS 10 e 16. Recomendamos critérios para uma proposta que viabilize a implementação dos ODS 18, incluindo instituições arquivísticas, visando ao desenvolvimento sustentável no Brasil.

Artigos sobre o eixo 4, ‘informações étnico-raciais e instituições arquivísticas’, quiçá tiveram artigos recuperados. Encontramos alguns artigos na área da biblioteconomia e da educação afrocêntrica, o que é um avanço pela luta do movimento negro. Porém, precisamos ampliar o escopo tanto nas normativas arquivísticas, pois a Arquivologia possui critérios, fundamentos e descritores próprios da área, quanto em questão étnico-raciais para ampliar o entendimento para além da afrodescendência encontrada no levantamento desta pesquisa.

Necessária uma reavaliação do conceito regulatório jurídico frente à importância dos regimes de informação e às variações e padronizações nos diferentes sistemas estatais, ressaltando as especificidades locais e tensões existentes. Atender às demandas críticas de diversos contextos de justificação, como: o moral, o ético, o jurídico e o político, considerando a construção de novos recursos de evidências no discurso público de uma sociedade igualitária, no uso, acesso e disseminação de informação étnico-racial.

Embora os resultados evidenciem uma sólida articulação teórica sobre o regime de informação nas instituições arquivísticas, constata-se uma nítida ausência de convergência quando este é cruzado com as questões étnico-raciais e as diretrizes da Agenda 2030 da ONU. A existência dessa lacuna é significativa nas pesquisas que exploram especificamente como tais regimes informacionais dialogam com as dinâmicas étnico-raciais no contexto arquivístico brasileiro. De fato, os estudos identificados chegam a priorizar o ODS 4, mas conferem pouca atenção às dimensões da equidade étnico-racial; de igual modo, o ODS 10 é acionado para o combate às desigualdades, porém com escassa aplicação prática em

arquivos que, frequentemente, ainda reproduzem vieses coloniais em suas práticas informacionais.

Sugerimos análises mais minuciosas no que tange o entrelaçamento entre regimes de informação e as políticas de informação que atendam às questões étnico-raciais, no contexto de instituições arquivísticas. Faz-se necessário aprofundar o tema nas especificidades do Estado brasileiro, sem as amarras contundentes dos regimes hegemônicos eurocêntricos, pois a busca da sustentabilidade perpassa a inclusão social.

Referências bibliográficas

AQUINO, M. A.; SANTOS, T. H. N. A

2012 A Informação étnico-racial em fontes iconográficas do arquivo histórico da Paraíba. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13º, Rio de Janeiro, 2012 - *Anais....* Rio de Janeiro: ANCIB, 2012, p. 1-8.

BRAMAN, S.

2004 The Emergent global information policy regime. In BRAMAN, S. - *The Emergent global information policy regime*. New York: Palgrave Macmillan, 2004, p. 12-38.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2008 Lei nº 11.495, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008. [Em linha]. *Diário Oficial da União. Seção 1*. 145:48 (11 mar. 2008) 1. [Consult. 25 maio 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2003 Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. [Em linha]. *Diário Oficial da União. Seção 1*. 140:8 (10 jan. 2003) 1. [Consult. 18 maio 2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

COSTA, T.; ALVIM, L.

2021 A Agenda 2030 e a Ciência da Informação: o contributo das bibliotecas e centros de informação. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 14 (2021) 617-628. [Consult. 1 nov. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/37380>.

GIL, A. C.

2002 *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.

2019 Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. *Informação & Sociedade: Estudos*. [Em linha]. 29:1 (2019) 137-158. [Consult. 1 nov. 2023]. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/44357>.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.

2002 Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 31:1 (2002) 27-40. [Consult. 1 nov. 2023]. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ci/a/fqMHsc5GNhFTgcZMMnNkvDS/abstract/?lang=pt>.

LIMA, A. C. S.

2022 Informação étnico racial: a contribuição de arquivos, bibliotecas e museus na luta antirracista. *Revista Fontes Documentais*. [Em linha]. 5:nº especial (2022) 84-86. [Consult. 4 jan. 2023]. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/58005/31378>.

LIMA, I. F. [et al.]

2014 Memória da população negra e informação étnico-racial: percebendo limites. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15º, Belo Horizonte, 2014 – *Anais*. [Em linha]. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. [Consult. 28 mar. 2016]. Disponível em:
<https://cip.brapci.inf.br//download/189805>.

OLIVEIRA, D. S.

2022 A Lei nº 10.639/2003: educação antirracista e regime de informação. *Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*. [Em linha]. Nº Especial (2022) 1-15. [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/197249>.

OLIVEIRA, H. P. C.; AQUINO, M. A.

2012 O Conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 8:2 (2012) 466-492. [Consult. 5 nov. 2023]. Disponível em:
<https://cip.brapci.inf.br//download/90559>.

OLIVEIRA, J. C.

2024 Frente Parlamentar combate ao racismo entre os objetivos do desenvolvimento sustentável. [Em linha]. Brasília, DF: Agência Câmara de Notícias, 25 set. 2024. [Consult. 30 abr. 2024]. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/noticias/1098704-frente-parlamentar-reforca-combate-ao-racismo-entre-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

2015 *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. [Em linha]. Rio de Janeiro: ONU, 2015. [Consult. 1 nov. 2025]. Disponível em:
<http://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>.

SÁ, C. A.; FRANCELIN, M. M.

2021 Afrocentricidade, memória e informação. *Liinc em Revista*. [Em linha]. 17:2 (2021) 1-22. [Consult. 18 maio 2024]. Disponível em:
<https://cip.brapci.inf.br//download/168568>.

SANTOS, T. H. N.; AQUINO, M. A.

2016 Entre os estudos culturais e a ciência da informação: fontes de informação étnico-raciais. *Informação & Informação*. [Em linha]. 21:1 (2016) 29-55. [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2016v21n1p29>.

SILVA, D. M. F. et al.

2022 Práticas informacionais e relações étnico-raciais. *Folha de Rosto*. [Em linha]. 8:1 (2022) 104-120. [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em:
<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/853/615>.

SILVA, L. C.; VENANCIO, R. P.

2018 A Identificação da política arquivística como política de informação: os arquivos públicos municipais da região metropolitana de Vitória - ES. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19º, Londrina, 2018 - *Anais*. [Em linha]. Londrina: ANCIB, 2018, p. 3100-3118. [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/102223>.

VITORIANO, M. C. C. P.

2021 Objetivos do desenvolvimento sustentável e políticas arquivísticas: o papel dos arquivos municipais na agenda 2030. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*. [Em linha]. 14:1 (2021) 349-361. [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em: [10.26512/rici.v14.n1.2021.35691](https://doi.org/10.26512/rici.v14.n1.2021.35691).

ZAMMATARO, A. F. D.; ALBUQUERQUE, A. C.

2021 *A Construção de regimes de informação para acesso à memória: a Declaração Universal sobre os Arquivos (DUA - UNESCO/ICA, 2010) e a Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011)*. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21º, Rio de Janeiro, 2021 - *Anais*. [Em linha]. 2021. Disponível em: [Consult. 8 dez. 2023]. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/193547>.

Roseli Leal Ribeiro | lyleal@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Bianca Rodrigues de Oliveira | bianca75300@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

Kátia de Oliveira Rodrigues | katiarodrigues10@gmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil